

CULTURA TRADICIONAL E MEIO RURAL

ANA FIRMINO

“He was also learning to harness the forces of nature; with the taming of fire, he had laid the foundations of technology and left his animal origins far behind. Stone gave way to bronze, and then to iron. Hunting was succeeded by agriculture. The tribe grew into the village, the village into the town. Speech became eternal, thanks to certain marks on stone and clay and papyrus. Presently he invented philosophy, and religion. And he peopled the sky, not altogether inaccurately with gods.”

(Arthur C. Clarke – “2001, a Space Odyssey”)

O deslumbramento causado pelo avanço tecnológico do mundo ocidental reflecte-se não apenas nos países que o produzem mas também noutros, onde se verifica um diferente estágio de desenvolvimento cultural, que têm conhecimento dessa tecnologia através da propaganda e, em particular, dos programas de auxílio ao Terceiro Mundo. Apesar dos insistentes avisos de Schumacher (1980), nos finais dos anos 60, em prol duma “tecnologia apropriada”, que anos mais tarde McRobie (1981) provou ser possível, eficiente e mais adequada aos problemas dos povos a quem se dirige, a maioria dos países continua dividida entre os “profetas do 'avanço' e os arautos da 'tradição’” (Sérgio, 1974). Entre as excepções conta-se a China, que “apenas adoptou as tecnologias que podia financiar, dominar e produzir de forma a responder à procura da produção agrícola” (Luu, 1979).

A palavra tradição, que etimologicamente significa transmissão verbal de geração em geração, é em geral conotada pejorativamente com atraso, retrogradação ou estagnação. Contudo “as tradições permitem

simplificar as decisões. Sem elas a vida torna-se intoleravelmente exigente... Para as decisões que esperam as pessoas do mundo pós-bomba biológica, precisaremos de novas tradições e de novo respeito pela própria tradição. O enfraquecimento deliberado da tradição é uma das forças que minam a coesão da sociedade” (Taylor, 1968).

Numa sociedade em que a informação veiculada pelos mass-média imprime uma certa “moda”, no que respeita às principais directrizes de pensamento que deverão ser adoptadas pelo Homem “moderno”, são poucos os que se deterão numa análise mais profunda quanto à validade dos estereótipos que lhe são propostos, para não dizer impostos. É que os ditames da moda seguem o compasso “alegre” da vida moderna, que não concede ao cidadão comum tempo para a meditação. E, como os países mais ricos se vangloriam duma tecnologia sofisticada, “eficiente, moderna e prestigiada”, que apresentam como condição *sine qua non* para se alcançarem elevados padrões de vida, é compreensível que os mais desfavorecidos se deslumbrem e anseiem alcançar esse estágio de desenvolvimento.

Em Portugal, país que há três anos entrou na CEE, e se apresenta como o seu parente pobre, faz-se sentir duma forma bastante exacerbada este desejo de mudança. E esta com data marcada, pois que o desafio da integração nos aponta 1992 como final da fase de adaptação a uma mentalidade que não é a nossa, a uma eficiência que resulta de muitos anos de investigação, disciplina e formação académica, cujos níveis não poderão ser atingidos, em tão pouco tempo, por uma população em que se faz sentir ainda um peso considerável de analfabetos. Aliás, este índice de analfabetismo, a par duma fraca produtividade agrícola e elevada dependência externa, levam alguns autores a considerarem-nos como um país do Terceiro Mundo (Baytelman, 1978), e outros mostram-se perplexos perante uma classificação tipológica demasiado restricta, incapaz de evidenciar o carácter dissonante da nossa economia (Leeds, 1982).

Se bem que a opinião dos estrangeiros a respeito dos portugueses seja hoje mais favorável do que em 1675, ano em que Duarte Ribeiro de Macedo escreveu “que comumente nos estimam por índios da Europa” (Sérgio, 1974), continuamos a ser considerados “desordeiros, caóticos e aventureiros”, na opinião de Max von der Grün (1975), o que nos imprime um cunho latino, diferente do tipo europeu meridional, mais frio e calculista.

Pretende-se neste artigo tecer algumas considerações a respeito da especificidade da cultura tradicional portuguesa e do papel fundamental que as populações deverão desempenhar, com vista ao melhoramento dos seus sistemas produtivos, sem no entanto provocar grandes antagonismos nas comunidades. Paralelamente serão apresentados alguns exemplos de intervenções em diferentes países que, como nós, tentaram modernizar as suas agriculturas. Pretende-se que estes funcionem como ilustração dos problemas que uma rápida transformação da agricultura tradicional poderá desencadear, como tantos autores têm denunciado (Aubert, 1977; Balabanian, 1984; Body, 1984; Ensminger, 1978; Gadille, 1974; George, P. 1984; George, S. 1983; Gerbe, 1988; Howarth, 1985; Indrio, s.d.; Luu, 1979; McRobie, 1981; Nallet, 1983; Pfeiffer, 1977; Portas, 1984; Schumacher, 1980; Telles, 1985; Tommasi, 1979), pondo em causa o propalado triunfo da agricultura moderna, face às consequências nefastas resultantes de modelos de desenvolvimento que foram adoptados nos últimos 30 anos.

Esta reflexão deverá alertar o leitor para o facto de que, no meio do nosso “atraso”, que sem dúvida urge corrigir para que obtenhamos melhores resultados de exploração, talvez guardemos ainda algo de muito precioso, de que não deveríamos abdicar: uma qualidade ambiental razoável, um espírito humanista proverbial e um conhecimento empírico consolidado ao longo de gerações que, se apoiado por um sistema de I & D adequado, muito poderia contribuir para a modernização racional e homogénea da nossa agricultura, tendo em conta os condicionalismos físicos, culturais, sociais e económicos específicos de cada região. Esgotados estes argumentos, será ainda útil meditar no ideal defendido por José Saramago no Dia dos Museus (1989): “Oxalá nunca haja cultura una e universal!”

1. *Transformações na Arquitectura tradicional*

Se é certo que algumas forças ainda se empenham na defesa da cultura do seu país, entre nós medram em geral a desconfiança e o ridículo por tudo quanto respeite os valores nacionais. Adoptam-se padrões estrangeiros, que por vezes mal assimilamos – *the american way of life* – o elogio indiscriminado da tecnologia estrangeira, e assim renegamos

os nossos valores, convictos de contribuirmos para o progresso, para a modernização do país. Curiosamente, em simultâneo, processa-se uma corrente liderada por muitos estrangeiros que, desiludidos com as consequências da sua tecnologia sofisticada, escolhem Portugal para residir, reconstruem as casas “tradicionais”, que os portugueses abandonaram em troca de outras de arquitectura duvidosa, perpetuando pontualmente um passado rico de experiência, que ainda hoje se coaduna muito mais com as nossas condições climáticas e disponibilidade de materiais do que as que tentamos reproduzir.

Ao envergonharmo-nos de sermos o que somos, acabamos por não ter identidade própria, pois desprezamos o que é nosso e adulteramos o que tentamos imitar, sendo por vezes ridicularizados pelos povos que nos serviram de modelo. Esta situação verifica-se, por exemplo, com as casas dos emigrantes, a que Enzensberger (1987) alude em “Ach Europa”, com a seguinte descrição: “Nos últimos 20 anos regressaram à pátria milhares de emigrantes que construíram entre velhas casas rurais e quintas, um verdadeiro ‘tunel do terror’”. No Minho podem-se observar hoje as casas mais feias do Mundo: ‘barracas’ berrantes de cor lilaz, rosa e verde garrido, com escadas oscilantes de ferro forjado, que se acocoram sobre garagens sobredimensionadas; uma arquitectura espontânea que através de imitação e reprodução constitui um extasiante pesadelo e, entretanto, ultrapassa de longe os seus modelos. Nenhum bairro recente alemão ou francês consegue concorrer com esta variante pequeno-burguesa da ficção científica... Na verdade estas [casas] não têm qualquer função. Muitas delas são demasiado grandes para serem habitadas e estão vazias”. É compreensível esta opinião por parte de povos que prezam a sua herança cultural e tentam perpetuá-la dentro dos limites razoáveis. Só assim foi possível aos ingleses conservarem as suas “cottages” medievais, tradicionalmente cobertas de colmo. Segundo *A Capital*, os colmadores “artesãos especializados em ‘construir medievalmente’ os tectos das casas de campo, cobrindo-as com palha ou sapé, começaram a ser procurados com frequência nesta década... A introdução de várias ceifas e novos e variados tipos de trigo curto nos anos 50 acabou com o monopólio ‘deste material tradicional’, que hoje graças aos esquemas de treino rural e aos passos dados na direcção da preservação do património” vai reaparecendo pouco a pouco. Entre nós, e apesar de esforços episódicos, como os levados a cabo por algumas autarquias do interior,

no sentido de se manter uma certa tradição quanto aos materiais utilizados e, sobretudo, se respeitar a volumetria dominante nas aldeias, proliferam as casas tipo “*maison*”, como forma de ostentação e repúdio dos valores culturais portugueses.

2. *Revolução nos sistemas de produção agrícola*

Sendo um sistema de produção agrícola definido como “uma combinação particular de características físicas ou institucionais que distingue a agricultura duma região das que se encontram noutras regiões”, e em que “o número de características é arbitrariamente limitado a três, nomeadamente 1) recursos disponíveis, 2) intensidade no uso de *inputs* e 3) harmonização institucional” (Rojko; O'Brien, 1978), é lógico que exista um leque variado de combinações, reflexo da sociedade e região em que se inserem.

Se se tomar como exemplo a agricultura moderna dos países ricos da zona temperada e a agricultura tradicional – dois dos sistemas gerais mais em foco nos últimos tempos devido às consequências de vária ordem que o desenvolvimento da primeira implica sobre a segunda, condicionando-a até à extinção – é evidente que a indústria agrícola do mundo ocidental contou com um conjunto de condições essenciais para o seu progresso entre as quais se contam: disponibilidade financeira, centros de investigação adaptados às necessidades dos agricultores, formação vocacional adequada, eficiência das instituições de apoio à agricultura no que respeita o crédito, o fornecimento de *inputs* e a organização de mercados. “É um sistema orientado para o investimento e que implica grandes riscos” (Ensminger, 1978). Por seu lado, a agricultura tradicional tem como preocupação básica “a sobrevivência do grupo, mesmo à custa do sacrifício do progresso” (idem, 1978). Embora seja capaz de adoptar certos melhoramentos que lhe permitem criar excedentes, é essencial que estas inovações sejam perfeitamente assimiladas pela comunidade e o agricultor tradicional disponha dum apoio específico, que lhe proporcione uma segurança alimentar e lhe garanta o fornecimento dos factores de produção necessários, e uma comercialização assegurada dos seus produtos, i.e. que lhe incuta confiança no futuro, induzindo-o a investir e melhorar cada vez mais os

seus processos de trabalho. As rápidas transformações técnicas que se têm tentado introduzir, no caso da Revolução Verde por exemplo, se não forem acompanhadas por uma transformação institucional afastarão muitos agricultores, dos países mais pobres, das suas terras, “aumentando as disparidades de rendimento já existentes e, em último caso, intensificando a pressão no sentido duma reforma violenta” (idem, 1978).

Mas, não só nos países pobres e em vias de desenvolvimento se dão fenómenos como os atrás descritos. O processo de modernização da agricultura europeia, que se tem vindo a desenvolver nos últimos 30 anos, também fez as suas “vítimas”. E, mais uma vez, são os pequenos agricultores alvo de críticas e de restrições.

2.1 Impacte Sócio-Cultural

São sobejamente conhecidas as posições de Sicco Mansholt, cujo memorando de 1968 apresentava algumas medidas tendentes a “transformar a agricultura ligada à um estilo de vida tradicional numa actividade moderna” (Ilbery, 1987). Embora entre 1950 e 1960 se verificasse já um abandono significativo da actividade agrícola, estimado em 500 000 pessoas por ano, sobretudo por parte dos jovens, Mansholt considerava imprescindível 1) acelerar esse processo de abandono da terra, de forma a facilitar 2) a aposentação antecipada dos mais velhos, que receberiam pensões ou indemnizações, nomeadamente I.V.P. (Indemnizações Vitalícias de Partida), que no Reino Unido começaram a ser praticadas em 1967. Na óptica de Mansholt, a mão-de-obra agrícola dos seis países membros-fundadores da CEE deveria cifrar-se em 5 milhões de pessoas, i.e. 25% da existente em 1950 (idem, 1987). “Os vários governos estavam apreensivos, dados os custos elevados que estas alterações implicavam, e muitos sentiam que os excedentes iriam subsistir. O problema de encontrar emprego alternativo, nomeadamente em França e Itália, aumentaria e o sentimento geral era de que transformações rápidas seriam indesejáveis, quer do ponto de vista social, quer político” (idem, 1987). Receios aliás bem legítimos e que o futuro viria a justificar plenamente, não obstante uma certa moderação adoptada em 1970, num novo memorando de Mansholt.

No que respeita o aumento de despovoamento verificado em certas

áreas, nomeadamente na Alemanha Federal, que em 1986 atingia os 46% da SAU total (CEE, 1987), será interessante reflectir numa passagem do artigo que uma alemã há bastantes anos radicada entre nós, publicou numa revista americana especializada em agricultura biológica, à cerca das alterações verificadas no seu país: "... As pessoas da aldeia trabalhavam juntas da forma mais natural e social, numa organização quase imperceptível e espontânea, em total harmonia com as estações... Claro que também assisti às mudanças: a maior mecanização do trabalho, a fertilização artificial, a separação entre as pessoas da aldeia e por fim o abandono dos campos em direcção às cidades". E assim "numa aldeia onde existiam 30 agricultores, hoje apenas restam 3!". (Espanca, 1985)

Em Portugal, 51.9% da SAU total está ameaçada de despovoamento e várias autarquias se mostram preocupadas, tentando criar, com subsídios da CEE, incentivos para que as populações não abandonem as suas aldeias, de forma a evitar o agravamento dos desequilíbrios regionais já hoje existentes. Uma medida que se me afigura caricata e desnecessária pois perpetua uma política artificial de subsídios em vez de atacar os problemas pela raiz, com uma política mais realista e consentânea com os interesses regionais. Se se condena à extinção a pequena agricultura de subsistência, por arcaica e incompatível com os "falsos" padrões modernos de rentabilidade económica, é óbvio que se pressionam os agricultores tradicionais a abandonarem, contra sua vontade, a actividade auto-sustentada que desenvolviam. Defrauda-se o erário da Comunidade Europeia, criando-se esquemas que acelerem o processo de abandono da agricultura, causando traumas aos atingidos, problemas de despovoamento nas regiões que habitavam e de congestionamento nas áreas urbanas mais industrializadas, onde estes vão procurar emprego. Em simultâneo despoleta-se um processo de subsídios para fixar algumas populações nas áreas atingidas pela desertificação humana, as quais deverão funcionar como "guardas da natureza" e dedicar-se a actividades ligadas ao turismo rural, artesanato ou, como vai sendo moda, à agricultura biológica. Se, pelo contrário, se desenvolvessem esquemas de extensão rural e se criassem condições de crédito específico que permitissem aos pequenos agricultores aperfeiçoar os seus sistemas de produção, contribuir-se-ia para o aumento dos seus rendimentos, assegurando-se a manutenção da cultura tradicional e do equilíbrio ecológico e demográfico a nível regional, melhorando-se,

mesmo que modestamente, o abastecimento do país em produtos agrícolas. Se estes forem produzidos biologicamente, preterindo-se a quantidade em favor da qualidade, ao contrário do que hoje se verifica, então estaríamos ainda a colaborar na melhoria da saúde pública, cada vez mais ameaçada pelos produtos cancerígenos contidos em alguns alimentos, colocando no mercado produtos de maior qualidade “sensorial” (melhor sabor) e maior valor nutritivo (Knorr, 1984).

A pertinência destas observações justifica-se ainda mais quando se consultam prospectos como o publicado pelo Departamento da Imprensa e Informação do Governo da República Federal Alemã (3/1978), respeitante ao “processo de adaptação no campo”, onde se afirma: “no conjunto, tanto o número de pessoas economicamente activas como o número de empresas no campo, vem diminuindo desde 1949. O desenvolvimento económico predominantemente favorável e os numerosos auxílios do Estado para a mudança de profissão conseguiram evitar que esse processo fosse assinalado por maiores traumas, tanto no plano pessoal como no plano social.

Actualmente, não existem mais as grandes preocupações que o rápido crescimento económico havia provocado entre as pessoas dedicadas à economia agrária”.

Apesar desta constatação no plano social, e dos problemas ambientais provocados por algumas técnicas modernas, continua-se a doutrinar os mesmos métodos económicos que “levaram a êxitos surpreendentes na produção” e se apresentam como o “milagre económico no campo”, pois segundo o mesmo documento “para os produtores, esse aumento da produtividade valeu a pena. Nos últimos sete anos, a renda do trabalho no campo, oscilando muito de ano para ano, subiu mais de 80%... Para 1976-77, entretanto, deve-se contar com uma queda que pode alcançar até 6%. A situação dos produtores no campo é frequentemente melhor do que se poderia inferir a partir desses dados, pois muitas famílias camponesas possuem outras fontes de *renda* além da economia agrária e para outras a agricultura é apenas uma actividade secundária”. Tudo indica pois que, nem mesmo a nível material, pelo menos numa forma homogênea, o resultado desta actividade se salda por um êxito total. Com efeito, os agricultores “five o'clock”, como são conhecidos os operários-camponeses, e os restantes que gerem as suas explorações em part-time, têm vindo a crescer em número desde a

Segunda Guerra Mundial, independentemente de qualquer política estatal ou movimento rural, como afirma Franklin (1971), citado por (Ilbery, 1987). Segundo Clout (1971), (citado por idem, 1987), a percentagem de explorações dirigidas por operários-camponeses varia entre 15% em França e 30% na Alemanha Federal, podendo ser superior na Suíça”. os números apontados por Franklin (1971) para a Alemanha Federal em 1960, indicam cerca de 617.000 explorações de operários-camponeses, comparadas com 322.000 explorações em part-time e 511.000 a tempo inteiro.

Também em Portugal, “no passado recente, a pluriactividade dos produtores agrícolas e das famílias agrícolas, geradora de plurirendimento e de diversos tipos de agricultura a tempo parcial, permitiu colmatar grande parte das insuficiências das receitas agrícolas perante as novas aspirações de consumo e bem-estar dos que dispõem apenas de explorações pequenas, sem redução da população rural e da que nelas vive e trabalha, e sem excessivo envelhecimento das suas estruturas demográficas nem abandono definitivo dos campos” (Cavaco, 1985). Como revela o estudo atrás citado “nas explorações familiares a tempo parcial subsistem alguns objectivos, conhecimento, disponibilidade de meios e de força de trabalho familiar, inserção cooperativa e comercial”. Estes exemplos demonstram que, num número de casos significativo, para se manterem padrões de vida razoáveis, do ponto de vista material, se recorre ao prolongamento do horário de trabalho. Se, por um lado, esta dupla actividade pode trazer benefícios, as desvantagens, sobretudo no plano social e psicológico também se fazem notar e com intensidade. “A raíz do nosso problema, pragmaticamente, está na ausência de quaisquer meios para medir a satisfação, bem como da nossa tendência para presumir que o 'nível de vida', avaliado economicamente, representa de verdade uma medida de satisfação. Quando lemos que a produção de artigos manufacturados atingiu um novo plano, admitimos normalmente que as pessoas ficaram mais felizes por isso. Ora, se para consegui-lo houve que sacrificar condições de vida que muito prezavam, postas as coisas na balança, talvez tenham contribuído para a sua infelicidade”. E por “condições” Taylor (1968) não se refere “apenas a condições extrínsecas, como isolamento numa atmosfera não poluída, mas também intrínsecas, como um nível de ansiedade agravado, uma vida emocional frustrada ou um aumento da criminalidade”.

2.2 *Estrutura Fundiária e Tecnologia*

É possível que a dupla actividade contribua para a sobrevivência na Europa Ocidental, numa estrutura fundiária relativamente fragmentada, ainda prevalente em alguns países, nomeadamente nalgumas áreas da RFA, devida quer a um legado histórico quer a condições físicas adversas, onde é “bastante comum encontrar comunidades agrárias com parcelas de dimensão inferior a 1000 m²”. E isto apesar de “desde 1945 mais de 7 milhões de hectares de solos, 54% da actual área agrícola da Alemanha Ocidental”, ter sido objecto de reordenamento (Flurbereinigung), que visava não apenas o emparcelamento mas também a construção de novos caminhos, a instalação de sistemas de drenagem e de fornecimento de água. Um empreendimento que movimentou capitais importantes e elevou o preço do hectare de terra para valores médios de 2 500 marcos/ha “e em certos casos especiais, tais como as terras muito fragmentadas, produtoras de vinho do vale do Reno Médio e a Planície de Baden, excedeu o número colossal de 100 000 marcos/ha (cerca de 8 000 000\$00/ha) (Trevor, 1983).

“Mas, apesar do progresso considerável registado durante o período do pós-guerra, a dimensão média da exploração agrícola na Alemanha Ocidental continua a ser inferior à existente na maioria dos países da Europa Ocidental, enquanto na CEE é suplantada por todos os países excepto a Grécia e a Itália”, (idem, 1983). Apesar dos incentivos que desde os finais dos anos 50 o governo alemão concede para que os agricultores mais velhos abandonem as explorações, os estímulos não têm sido suficientes para que se atinjam as classes de área propostas por Mansholt, i.e. “80-120 ha para a produção cerealífera, 40-80 para a pecuária leiteira, 150-200 cabeças de gado para abate, 450-600 porcos ou um efectivo de 100 000 galinhas por ano” (Ilbery, 1987). Trevor (1983) chama a atenção para o efeito das recentes recessões económicas, as quais reduzem as oportunidades de emprego noutros sectores para as famílias dos pequenos agricultores. Perante esta situação aquele grupo social tem tentado resolver os seus problemas através da cooperação entre empresas agrícolas, o que faz antever a proliferação de explorações partilhadas por várias famílias, a exemplo do que acontece em França e na Holanda. Fica assim provado que é possível resolver o problema dos pequenos agricultores, não sendo necessário rechaçá-los, como se de inimigos se tratasse.

Curiosamente a pequena agricultura merece o apoio e respeito de todos, sempre que as condições económicas se deterioram. É disso exemplo o “Marginal Production Scheme”, criado em Inglaterra em 1947, para ajudar os pequenos agricultores a aumentar a sua produção (Bowers; Cheshire, 1983).

Em relação a Portugal o minifúndio “é responsável por quase dois terços do PAB, nomeadamente por quase todo o leite, milho, centeio, legumes e fruta e produção de carne. Geograficamente concentrado sobretudo no Norte e no Centro, é também importante no Algarve... Os sistemas agrários que caracterizam o minifúndio são muito complexos, com um padrão de cultura diversificado (legumes, cereais, pastagens), sucessões rápidas, rotações curtas e produção de gado e avícola. Estes sistemas são de trabalho intensivo, com uma produtividade bastante grande da terra e pequeno investimento de energia e capital. Assim sendo, a maior parte das inovações criadas lá fora para culturas e animais semelhantes não se adapta a estes sistemas, visto que não se destinam à maximização da produtividade de cada um dos elementos, mas do conjunto de exploração. Para esta situação a inovação exige uma investigação específica, de modo a poder ser útil para os agricultores. Não é possível a transferência de tecnologia sem uma adaptação específica” (Portas, 1984).

Pelo contrário no Centro-Sul torna-se mais fácil adaptar a tecnologia estrangeira, por predominar a produção cerealífera em explorações de média e grande dimensão, numa área com menos mão-de-obra, que justifica um sistema de produção intensivo em capital. No entanto, qualquer intervenção futura, com vista à intensificação da produção, deverá ser cuidadosamente planeada, tendo em conta as repercussões que daí podem advir, de forma a que se respeite o equilíbrio ecológico que ainda hoje se verifica em muitas áreas do país, mas que em geral é bastante frágil.

Entre estes sistemas conta-se o do montado de sobro, que Balabanian (1984) descreve como sendo “no sudoeste da Península Ibérica e em condições naturais das mais difíceis, um dos melhores meios – se não o melhor – de valorização das terras pobres”. O autor citado refere ainda num outro trabalho (Balabanian; Bouet, 1988) ser o montado “um sistema agro-silvopastoril particularmente intensivo e equilibrado, dadas as potencialidades do sudoeste da Península Ibérica”.

O minifúndio, que tão contestado tem sido, é afinal uma resposta adequada a condições específicas – físicas, humanas, históricas, económicas, etc. – que o justificam. Vimos que estes proliferam ainda hoje na Alemanha Federal, não obstante os esforços desenvolvidos pelo governo no sentido de alterar esta situação, e o mesmo acontece na Holanda, sobretudo nas áreas arenosas do leste e sul do país, onde os agricultores se especializaram na produção intensiva de animais, obtendo bons rendimentos. “A arte está em manter o maior número possível de animais na área mais reduzida, com um mínimo de mão-de-obra” (van Dijk, 1984), prática esta que ultimamente tem vindo a ser bastante criticada, sobretudo por associações de defesa dos animais. Aliás, é curioso verificar que na Holanda, país de origem de Sicco Mansholt, existem comunidades rurais onde a tradição se mantém bem mais viva do que entre nós, quer nos trajes, quer nas habitações, hábitos alimentares, filosofia de vida e formas de exploração da terra, como é o caso de Staphorst e Rouveen, na província de Overijssel.

2.3 Impacte ambiental

Quanto ao impacte ambiental provocado por algumas técnicas utilizadas na agricultura moderna, muito se tem falado, sobretudo nos últimos anos, tentando-se assim motivar a população mundial no sentido de salvar o “nosso futuro comum”. No entanto, as “catástrofes tecnológicas”, entre as quais se contam “as poluições acidentais ou crónicas importantes, que afectam grandes extensões ou um grande número de pessoas” (Ramade, 1987) remontam, com maior ou menor gravidade, à descoberta do fogo e seu uso irracional. Com a invenção de outras técnicas agrícolas a Humanidade prosseguiu a sua acção depredadora, a qual ganhou maior expressão a partir do final do século XIX.

O agravamento do problema justificou uma Primeira Conferência sobre a Protecção das Paisagens Naturais, que se realizou em Berna, em 1913, e um Congresso Internacional sobre a Protecção da Flora e da Fauna, em 1923, tendo-se sucedido desde então várias reuniões, em que os especialistas se esforçam por alertar o cidadão comum dos perigos que corre (George, P., 1984). Contudo “a opinião pública é preguiçosa, só reage a novos impulsos depois de longo ‘tempo morto’” (Lorenz, 1975).

Por outro lado, “lobbies” poderosos como o dos agricultores no Reino Unido, ou o dos industriais ligados ao “agribusiness”, têm instado os poderes públicos a manterem uma política de subvenção de *inputs* que, em grande parte, vão contribuir para desequilíbrios ecológicos de difícil e oneroso controle. Basta dizer que a Alemanha Federal, até ao ano 2000, vai construir instalações de decantação no valor de algumas dezenas de biliões de marcos, para eliminar o excesso de fosfato dos rios e lagos (Hintereder, Paturi, 1986). Esta situação é agravada pelo constante lançamento de produtos químicos, dos quais apenas “uma fracção mínima das cerca de 50 000 substâncias químicas existentes actualmente no mercado europeu foi testada em relação a seus efeitos ecológicos. Na maior parte dos casos, não se pesquisou o tempo necessário à sua decomposição na natureza, nem a possível eventualidade da contaminação cumulativa de seres vivos, através da cadeia alimentar ou da respiração” (idem, 1986).

As consequências deste uso perdulário do património comum reflecte-se tanto na deterioração do meio físico (erosão e esgotamento de solos, contaminação das águas, poluição do ar) como na dependência do Homem face a soluções técnicas cada vez mais complexas, que permitam solucionar os problemas levantados pelo uso intensivo de alguma tecnologia. Isto significa que por mais habilitações que um agricultor tenha, ele se sentirá incapaz de resolver todos os problemas que o flagelam, dada a complexidade e especificidade de conhecimentos e meios financeiros necessários para os controlar.

Sem dúvida que o desenvolvimento dos conhecimentos que algumas sociedades lograram alcançar lhes confere um avanço, se bem que relativo, sobre outras cujas culturas não “evolucionam no sentido de lutar contra os limites, antes aprendem a viver com eles” (Meadws, 1972, citado por Redclift, 1984). Mas, esta vantagem relativa dos países industrializados é contrariada pelos efeitos negativos que o uso de técnicas sofisticadas acarretam para o ambiente e para o equilíbrio emocional e afectivo do indivíduo; nalguns países estes problemas assumem proporções de tal forma inquietantes que se criaram cadeiras de “overdevelopment”.

Também entre nós se começa a reflectir sobre os problemas ambientais, sendo quase diários os artigos que a este respeito são publicados na imprensa ou discutidos nos restantes órgãos de comunica-

ção. Editoriais como “é preciso salvar a Terra” (*Expresso*, 8.4.89) e cursos organizados por universidades portuguesas no domínio do “Direito do Ambiente” (Universidade Católica, Fev./Abril 89) são apenas dois exemplos entre muitos possíveis, embora em Portugal problemas como a morte de florestas provocada pelas chuvas ácidas, contaminação radioactiva, etc. não tenham ainda atingido os níveis alarmantes que alvoroçam as populações de países desenvolvidos, se bem que sejam “já numerosos os casos de poluição em zonas de marcado interesse para a produção agrícola, e torna-se necessário que os serviços do MACP estejam em condições de interferir na defesa dos agricultores (Rocha, 1981).

Como no caso do Brasil, referido por Tammasi (1979), também nós “temos uma real desfasagem social e tecnológica em relação aos países mais desenvolvidos. Mas isso pode representar uma gigantesca vantagem, pois justamente por termos chegado mais tarde, poderemos evitar os erros cometidos pelas grandes potências ao lidarem com a natureza”, e assim salvar o nosso meio rural dum metamorfose sinistra, semelhante à representada na caricatura da Pardon (1/78).

2.4 *Impacte Económico*

Como facilmente se subentende dos casos atrás expostos, as alterações verificadas nos sistemas de produção agrícola conduziram a efeitos, por vezes catastróficos, e continuam a preocupar um grande número de pessoas, pelas perturbações que infringem em áreas tão díspares quanto a “vida rural, a economia agrícola, a estabilidade do ecossistema, as interrelações predador-presa, populações de insectos e plantas, a estrutura genética das plantas cultivadas, os níveis da toalha freática, práticas de uso do estrume, fertilidade do solo, quantidade e natureza da poluição originada pela exploração agrícola, os custos de energia na produção e transformação alimentar, a quantidade e características dos detritos provenientes da transformação alimentar, número de alimentos disponíveis no mercado, hábitos alimentares, etc.” (Knorr et al, 1984).

Se bem que à primeira vista pudessemos ser levados a pensar que, com todo o progresso técnico que conhecemos, os agricultores estariam

numa situação favorável, verifica-se que a realidade é bem diferente e “apenas alguns latifundiários e algumas empresas especializadas lucraram com a recente evolução. O agricultor médio está mais do que nunca em piores condições” (Knorr et al, 1984). Já aqui foi dito que muitos tiveram de recorrer a uma outra actividade, praticando a agricultura em part-time e, entre os inovadores, que investiram em força nas suas explorações, a situação é por vezes bastante insegura, devido aos pesados encargos financeiros que os empréstimos contraídos junto das instituições de crédito lhes acarretam “a tal ponto que o próprio Crédito Agrícola se inquieta com a amplitude do endividamento de alguns dos seus aderentes e duvida das suas capacidades em reembolsar as quantias que lhes emprestou (Neveu, 1980, citado por Nallet, 1983). Com base num trabalho de Madeline (1980), Nallet esclarece ainda que “numerosos centros de gestão são ainda mais precisos e verificam que de entre os seus aderentes mais jovens e os mais modernizados, são numerosos aqueles que não conseguem reembolsar as suas dívidas senão à custa de uma degradação significativa do seu nível de consumo”. E como o “rendimento agrícola tende a deteriorar-se, é a forma mais moderna de produção que conhece as dificuldades mais graves de financiamento” (Nallet, 1983). Esta situação é plenamente confirmada por dois testemunhos de agricultores portugueses. O primeiro reporta-se aos anos 60 e é narrado por um importante agricultor e proprietário alentejano, que desempenhou várias funções de destaque.* Em relação “à realidade verificada quanto à introdução de máquinas em muitas explorações e aos passos dados por muitos empresários no sentido de serem considerados progressivos” afirma que “aqueles que usaram de prudência nos seus investimentos e de grande moderação na evolução da empresa, são justamente aqueles que hoje têm menores aflições financeiras... Por isso sempre me fica no espírito a dúvida, quando não conheço determinados pormenores, se este ou aquele agricultor a quem chamam rotineiro não será antes um empresário melhor administrado” (Vários, 1963).

Quanto ao segundo caso, trata-se dum jovem agricultor do Mogadouro, que em 1986 decidiu construir uma vacaria e fazer outros

* D. José Estanislau de Barahona Fragofo foi director das Cooperativas de Produtores de ovinos e Fruto-Hortícola dos concelhos de Alvito, Cuba e Vidigueira; Presidente do grémio da Lavoura de Cuba; Presidente da Federação dos Grémios da Lavoura da Província do Baixo Alentejo; Director da Corporação da Lavoura; Vice-Presidente da Secção de Cereais da Corporação.

melhoramentos na sua exploração. Em carta enviada a “O País Agrícola” (n.º 72/89) escreve o seguinte: “A obra ficou feita, a sala já funciona há quase um ano e feitas as contas gastei ao todo 12 645 contos, incluindo uma cisterna.

Agora o projecto que fiz está metido numa gaveta e nunca me deram nada pelo curso de jovem agricultor, nunca recebi um tostão pela sala de ordenha e recebi há dias uma carta do Director Regional dizendo que a sala estava bem mas para receber o subsídio teria de pavimentar um caminho, cair as paredes de fora, etc.. Eu pergunto: como é que sendo eu e meu irmão jovens agricultores e numa situação destas poderia mandar arranjar caminhos sem necessidade e sem que o subsídio chegue primeiro?”. Um outro jovem agricultor, do Lavre, dizia durante uma visita de estudo, ser necessária “uma certa dose de aventureirismo, pois a burocracia empana muitas fases da construção”. Pode levar-se três meses até as verbas serem libertadas, o que actualmente corresponde a um prejuízo, para o agricultor, da ordem dos 2% ao mês sobre o montante pedido. Quem tem experiência de trabalho de campo sabe que, muitas vezes, as situações só se resolvem recorrendo aos conhecimentos influentes ou utilizando estratégias mais ou menos ardilosos. Dado o panorama de analfabetismo e envelhecimento que caracteriza a nossa população agrícola, não admira que muitos agricultores prefiram a pacatez dos seus sistemas de produção agrícola auto-sustentados, que lhes concedem independência, autonomia, tranquilidade, confiança e produtos mais saborosos e mais saudáveis.

Em suma, muitas das medidas preconizadas pela agricultura moderna viriam a contribuir para 1) o agravamento do desemprego, que ainda hoje constitui um dos problemas cruciais dos países mais ricos e desenvolvidos da CEE; 2) o aumento em flecha do preço do solo, constituindo um “pesado endividamento em vida da maior parte dos agricultores aos quais as terras são entregues” (Gadille, 1974), depois das acções de emparcelamento empreendidas por sociedades de ordenamento fundiário do tipo das SAFER em França; 3) o aumento considerável de excedentes, que embora hoje se ponha com menor acuidade, ainda representa um quebra-cabeças para a PAC, tendo motivado medidas de controle, expressas no Plano Delors, como por exemplo a concessão de incentivos para a diminuição da área sob exploração (set-aside); 4) o abandono de certas áreas consideradas menos

rentáveis para a produção agrícola, que hoje estão ameaçadas pelo despovoamento; 5) impacte ambiental, abrangendo um amplo campo de desequilíbrios ecológicos de que se salientam, a utilização intensiva dos solos e de maquinaria pesada (que têm concorrido para a destruição da textura dos solos e conseqüente diminuição da sua fertilidade) e uso de produtos tóxicos, responsáveis por elevados danos causados à flora e à fauna, nomeadamente a diminuição e extinção de grande variedade de espécies, para além da contaminação da toalha freática e poluição do ar.

Por outro lado a predominância de campos limpos, de grandes dimensões, sem abrigos para os animais nem renques de árvores que quebrem os ventos e protejam o solo, contribuem para a diminuição dos rendimentos da produção; 6) danos de ordem cultural, causados pela destruição da estrutura social camponesa tradicional. Com base na exploração familiar, que é posta em causa, o relatório Mansholt afirma “que o problema deve ser não apenas posto em termos de nível de vida, mas também em termos de tipo de vida” (Gadille, 1974). O que reforça a ideia, expressa no início deste artigo, quanto aos modos de vida impostos!

Não se entenda porém esta reflexão como uma excomunhão da agricultura moderna, mas antes como um contributo para a desmistificação dum triunfalismo decepcionante na prática e que, a prevalecer, poderá pôr em risco a sobrevivência da Humanidade. Pelo menos “pelos indícios que temos diante dos olhos”, escreve Taylor, (1968), “o Mundo está decidido a ir para o inferno num carrinho de mão, e o mais provável é que o consiga”! Para que esta profecia se não concretize e se consigam alcançar os objectivos expressos no artigo 39 do Tratado de Roma, i.e. melhoria das condições de vida dos agricultores; segurança alimentar a preços razoáveis e estabilização dos mercados agrícolas, deveremos apostar firmemente na melhoria substancial das técnicas e na sua adaptação às reais necessidades das populações que as vão utilizar. O desenvolvimento dos recursos humanos é aliás “uma estratégia excepcionalmente eficaz na promoção do crescimento económico, em geral, e da produtividade agrícola, em particular. A longo prazo investir em pessoas é economicamente eficaz e socialmente justo” (Portas, 1984).

Através dum intensivo e continuado esforço na área de I & D e do respeito pela natureza, caminhar-se-á devagar mas com segurança e

assim se justificará o optimismo de Zischka (1974) quanto à ilimitada inteligência do Homem.

“Then he waited, marshalling his thoughts and brooding over his still untested powers. For though he was master of the world, he was not quite sure what to do next.

But he would think of something”.

(Arthur C. Clarke – “2001, a Space Odyssey”)

BIBLIOGRAFIA

- AUBERT, C. (1977): *A Industrialização da Agricultura, Salvação ou Suicídio da Humanidade?* Afrontamento, Porto
- BALABANIAN, O. (1984): *Problemas Agrícolas e Reformas Agrárias no Alto Alentejo e na Estremadura Espanhola*. Resumo da Tese apresentada à Universidade de Clermont-Ferrand
- BALABANIAN, O., BOUET, G. (1988): “Le Problème de la mise en valeur des sols pauvres et secs dans le sud du Portugal”. *Annales de Géographie*, n.º 542, Julho/Agosto 1988, pp. 456/465
- BAYTELMAN, D. (1978): “Obstacles to the solution of the Food Problem, in the Third World”. *Social Scientist*, Vol. 7, n.º 4, p. 14/34
- BODY, Richard (1984): *Farming in the Clouds*. Temple Smith, London
- BOWERS, J. K; CHESHIRE, P. (1983): *Agriculture, the Countryside and Land Use*. Methuen, London
- BURGER, W. (1979): “The concept of Overdevelopment”. In: FORTMAN, B. de Gaay (ed.) *Overdevelopment: a series of public lectures*. The Hague, ISS, pp. 1-11
- CAVACO, C. (1985): *Agricultura a Tempo Parcial*. Fund. C. Gulbenkian (CEEA, Oeira).
- CEE (1987): *3.º Relatório Periódico pela Comissão sobre a situação Sócio-Econ. e o Desenvolvimento das Regiões da Comunidade*, Bruxelas, Outubro, 87
- CLARKE, A. C. (1968): *2001 a Space Odyssey*, Arrow Books, London
- CLOUT, H. D. (1971): *Agriculture: Studies in contemporary Europe*, Macmillan, London
- Dep. Imp. e Inf. Gov. RFA (1978): *RFA :Economia Agrícola e Silvicultura, Informação 11*, Bonn 3/1978
- VAN DIJK, A. (1984): “Agriculture and Horticulture, 1964-1984: the age of specialisation”. *IDG Bulletin*, 1983/84, pp. 24/28
- ENSMINGER, D. (eds. 1978): *Food enough or starvation for Millions*, Tata McGraw-Hill Publishing Co. New Delhi

- ENZENSBERGER, H. M. (1987): *Ach Europa!* Suhrkamp Verlag, FK/Main
- ESPANCA, J. (1985): A Letter from Portugal In: *Bio-Dynamics*, nr. 156. USA pp. 44/47
- FRANKLIN, S. H. (1971): *Rural Societies: Studies in contemporary Europe* Macmillan, London
- GADILLE, R. (1974): *As Políticas Agrárias*. Breviários de Cultura, 3, Lisboa
- GEORGE, P. (1984): *O Meio Ambiente*. Edições 70, Lisboa
- GEORGE, S. (1983): *How the other half dies*. Penguin Books, Middlesex, England
- GERBE, V. (1988): *A Horta Biológica*. Publ. Europa-América, Mem Martins
- VON DER GRÜN, Max (1975): *Wenn der tote Rabe vom Baum fällt* – Ed. do Autor
- HINTEREDER, P.; PATURI, F. (1986): “Uma luta pela Sobrevivência”. *SCALA*, 4/1986, pp. 19/29
- HOWARTH, R. W. (1985): *Farming for Farmers?* The Institute of Economic Affairs, London
- ILBERY, B. W. (1987): *Western Europe – A systematic Human Geography*. Oxford Univ. Press, N. York
- INDRIO, F. (s.d.): *Agricultura Biológica*. Publ. Europa-América
- JANDER, L.; SCHRAMKE, K.; WENZEL, H.-J. eds. (1982): *Metzler Handbuch für den Geographie-unterricht*. J.B. Metzler, Stuttgart
- KNORR, D. W.; WATKINS, T. R. eds. (1984): *Alterations in Food Production*. Van Nostrand Reinhold Co., New York
- LEEDS, A. (1982): *Portuguese Industrial Stagnation of Agriculture: theme and regional variations*. State University of New York at Binghamton, New York
- LORENZ, K. (1974): *Os oito pecados mortais da civilização*. Morais Editores, Lisboa
- LUU, NGUYEN NGOC (1979): *The Technological Development of Agriculture in the People's Republic of China*. Institute of Social Studies, Research Report Series, n.º 5
- MADÉLINE, J. (1980): *Réflexions à propos des agriculteurs en difficultés financières, crise conjoncturelle ou crise du développement de l'Agriculture?* Document de Travail, 1980
- MATHER, A. S. (1986): *Land Use*. Longman Group, U. K.
- McROBIE, G. (1981): *Small is possible*. J. Cape, London
- NALLET, H. (1983): *A Intensificação da Produção Agrícola*. Ulmeiro/Agricultura, n.º 1, Lisboa
- NEVEU, A. (1980): *Les besoins en capitaux des exploitations agricoles et leur financement par le Crédit Agricole*. Economie et Finances Agricoles, CNCA
- PFEIFFER, E. (1977): *Die Fruchtbarkeit der Erde*. Rudolf Geering-Verlag, Goetheanum Dornach, Suíça
- de PISON, E. M. (1984): Consequencias ecologicas de las Obras Hidraulicas y de la Transformacion en Regadio. In: *Agricultura y Sociedad*, Julio/Sept. 1984
- PORTAS, C. A. M. (1984): Uma visão da Inovação na Agricultura Portuguesa. In: *SERS Revista*, n.º 12, Dez. pp. 66/69
- RAMADE, F. (1987): *Les Catastrophes Écologiques*. Mc-Graw-Hill, Paris
- REDCLIFT, M. (1984): *Development and the environmental crisis – red or green*

CULTURA TRADICIONAL E MEIO RURAL

alternatives? Methuen, London

- RIBEIRO, O. (1986): *Portugal o Mediterrâneo e o Atlântico*. Liv. Sá da Costa, Lisboa
- RIBEIRO, O. (S.D.): *Sur quelques traits de la campagne portugaise*. Edit. Toulousaines de l'Ingénieur, Toulouse
- ROCHA, F. (1981): *Poluição Atmosférica e Agricultura*. Dir. Geral de Protecção da Produção Agrícola, MACP
- ROJKO, A. S.; O'BRIEN, P. M. (1978): Organizing Agriculture for the year 2000. In: *Food Enough or Starvation for Millions*. Tata McGraw-Hill Publ. Co., New Delhi. pp. 343/361
- SCHUMACHER, E. F. (1980): *Small is beautiful*. Publ. Dom Quixote, Lisboa
- SÉRGIO, A. (1974): *Antologia dos Economistas Portugueses (Séc. XVII)*. Liv. Sá da Costa, Lisboa
- TAYLOR, G. R. (1968): *A Revolução Biológica*. Livros Unibolso, Lisboa
- TELLES, G. R. (1985): *Para Além da Revolução*. Edições Salamandra, Lisboa
- TOMMASI, L. R. (1979): *A Degradação do Meio Ambiente*. Liv. Nobel S.A., S. Paulo
- TREVOR, W. eds. (1983): *Urban and Rural Change in West Germany*. Croom Helm, Kent, G.B.
- VÁRIOS (1963): *A Valorização do Baixo Alentejo*. Fed. dos Grémios da Lavoura do Baixo Alentejo, Publicações, n.º 12
- ZISCHKA, A. (1974): *Die Welt bleibt reich*. Kümmerly + Frey Geog. Verlag, Bern

PUBLICAÇÕES PERIÓDICAS

- A Capital 10.5.89
Expresso 8.4.89
O País Agrícola, n.º 78/89
Semanário 11.2.89
Der Spiegel, n.º 44, 1978